

Alemanha oriental: sete anos de unificação*

GILBERT BADIA**

O processo de unificação da Alemanha terminou oficialmente em outubro de 1990, com o desaparecimento da República Democrática Alemã (RDA), constituindo, se não um dos acontecimentos mais importantes deste fim de século, em todo caso o mais divulgado pela mídia. Em novembro de 1989, todas as televisões do mundo correram a Berlim para transmitir a queda do muro que separava a parte oriental da parte ocidental da cidade.

Desde então sete anos se passaram. Sete anos são sem dúvida um prazo razoável para tentarmos um balanço da reunificação alemã. Na verdade, esse balanço, necessariamente provisório, também será parcial. Nesse sentido, proponho-me a estudar e analisar os resultados e as conseqüências da reunificação sobre os habitantes da ex-RDA, sobre a população dos novos *Bundesländer*.

A explosão de alegria que saudou a queda do muro em Berlim oriental e em toda a ex-RDA, a louca corrida aos supermercados de Berlim ocidental, cujas vitrines provocadoras transbordavam de produtos do

* Tradução de Isabel Maria Loureiro.

** Autor, entre outras obras, de *Histoire de l'Allemagne contemporaine*. Paris, Editions Sociales. 1975; *Rosa Luxemburg, journaliste, polémiste, révolutionnaire*. Paris, Editions Sociales. 1975; *Rosa Luxemburg épistolière*. Paris, Les Editions de l'Atelier/Editions Ouvrières. 1995. Gilbert Badia encaminhou, junto com o artigo, as seguintes observações que resolvemos publicar à guisa de introdução: "Eis o artigo prometido sobre os novos *Bundesländer*. Para uma revista como a *Crítica Marxista* ele é muito pouco teórico. Mas pensei que era preciso antes de mais nada informar, descrever uma situação que talvez seja pouco conhecida no Brasil e da qual é impossível encontrar na imprensa alemã oficial uma exposição satisfatória e próxima da realidade. O caso da RDA é inteiramente singular. A "apropriação pelo sistema capitalista" de um território que conheceu o socialismo é muito diferente se considerarmos, por exemplo, os casos da Polônia, Bulgária ou Romênia. Mas o que, no meu entender, constitui um dos interesses do exemplo da ex-RDA é a importância do "mental" e as mudanças da opinião pública majoritária, passando da esperança e das manifestações de alegria à desilusão e à crítica".

mundo inteiro, deu rapidamente lugar a um desencantamento que não parou de crescer desde então e cujas razões são múltiplas.

A primeira é, sem dúvida, a situação econômica dos novos *Bundesländer*. As “paisagens florescentes”, prometidas pelo chanceler Kohl na euforia da campanha eleitoral que precedeu a reunificação, deram lugar a uma desindustrialização significativa, levando a um desemprego considerável e que ultimamente vem aumentando.

Foi-se o tempo em que as taxas de crescimento eram na Alemanha oriental as mais elevadas da Europa: por volta de 10% em 1994. Em 1995, esse número baixou para 5,3%, tendo chegado a 2% em 1996 e em 1997 (previsões).¹ Em fins de dezembro de 1996, estavam oficialmente registrados 1.186.600 desempregados, ou seja, 73.700 a mais que em 1995, aos quais é preciso acrescentar 700 mil pessoas em estágio de formação ou beneficiando-se do tratamento social do desemprego, isto é, empregados em empresas subvencionadas pelo Estado (as ABM).² As mulheres são as mais atingidas: dois terços dos desempregados são, na verdade, *desempregadas* e sabe-se que na RDA a porcentagem de mulheres exercendo uma atividade profissional era a mais elevada da Europa. As creches de empresas que acolhiam as crianças cujas mães trabalhavam foram quase totalmente suprimidas. A economia alemã caracterizava-se até agora pelo desenvolvimento da aprendizagem. Todos os jovens que assim desejavam eram empregados como aprendizes, o que não ocorre mais. Em 1996, 90 mil pedidos não puderam ser atendidos e o mais grave é que não há esperanças de ver a situação melhorar nesse plano. A RDA tinha por volta de 9 milhões de pessoas ativas. Após a reunificação, esse número caiu para 6,4 milhões, não tendo aumentado sensivelmente desde 1991. Em agosto de 1996, um jornalista alemão-ocidental intitulava seu artigo: “No plano econômico a *Anschluss* (anexação) da Alemanha oriental é um fracasso”.³

A explicação do chanceler Kohl para isso consiste na perda dos mercados do Leste europeu, conseqüência do desmoronamento do comunismo. Ela é notoriamente insuficiente. De fato, as grandes empresas alemãs ocidentais apoderaram-se de toda a produção industrial na Alemanha oriental e não têm nenhum interesse em criar ou mesmo

1. Cf. *Allemagne d'aujourd'hui*, nº 138, outubro-dezembro, 1996, p. 91.

2. *Bulletin d'information du gouvernement fédéral*, nº 4, 15/1/97, p. 36 (doravante *Bulletin...*).

3. Robert Kurz in *Konkret*, agosto/96, p. 31.

modernizar fábricas que poderiam vir a ser concorrentes das suas empresas do lado ocidental. É verdade que numerosas empresas foram criadas no Leste, mas são de pequeno porte, situadas no setor de bens de consumo ou de serviços e financeiramente muito frágeis, donde o número elevado de falências.⁴

Os habitantes da ex-RDA haviam sido acostumados há muito a viver num Estado que lhes garantia — com a condição é certo de não se oporem abertamente ao regime — um futuro, um padrão de vida, modesto sem dúvida, mas sem riscos de catástrofes materiais. O indivíduo encontrava-se materialmente assegurado: não havia problemas de impostos, de seguros, existiam poucos riscos de ser vítima de roubos ou assaltos etc. A unificação mergulhou-os de um dia para o outro num mundo duro, onde só se salvam os que sabem levar vantagem, onde o dinheiro decide tudo, inclusive o valor dos homens e das mulheres, onde a incerteza do amanhã e a insegurança constituem o quinhão comum. Um pesquisador alemão ocidental observou: “A reconversão, tratando-se das normas da vida quotidiana, parece-me mais radical para a população da RDA que para os alemães de 1945”.⁵

Talvez se encontre aí a explicação para um fenômeno único pelo seu alcance. A queda da natalidade foi de 50% em alguns anos: as alemãs orientais temem demais o futuro para quererem pôr filhos no mundo.⁶ Algumas categorias profissionais foram particularmente vítimas da unificação imposta: é o caso dos professores e dos pesquisadores. Desde o início da unificação os responsáveis alemães ocidentais afirmavam que “os professores universitários alemães orientais tinham fatalmente se tornado os partidários mais fiéis e mais seguros do regime”. Ainda hoje a idéia de que toda a pesquisa alemã oriental não tinha valor, porque puramente ideológica, é uma afirmação recorrente da parte de professores universitários alemães ocidentais. A consequência foi uma redução massiva do número de professores alemães orientais, em particular no ensino superior. Alguns setores (história, filosofia, direito, economia política) foram rapidamente desmantelados. O termo *Abwicklung*, até então utilizado

4. No jornal *Le Monde* de 5/10/95 podia-se ler: “Nos novos *Länder*, estão previstas este ano 7.500 falências de empresas, ou seja, um terço do total das falências na Alemanha”.

5. Alexander von Plato, “Les mutations culturelles dans les nouveaux *Länder*”. *Allemagne d’aujourd’hui*, nº 132, abril-junho (doravante AA nº 132).

6. Apenas no *Land* de Brandenburgo, entre 1989 e 1992, o número de nascimentos caiu de 32.997 para 12.235. Nunca se tinha registrado em toda a história da Alemanha uma queda tão brutal da natalidade.

para designar o fechamento e a liquidação de uma conta no banco, foi inventado para designar o procedimento que consistiu em demitir milhares de professores alemães orientais.

Num estudo muito preciso, Jean Mortier menciona os seguintes números: em dezembro de 1989, havia na RDA 30.945 professores universitários (incluindo médicos). Em 1993, 14.487 (46,8%) foram demitidos ou aposentados. Na medicina, trata-se de uma verdadeira hecatombe. O mais célebre e mais importante hospital universitário da RDA, a Caridade de Berlim, possuía 1.206 professores. Em 1994 sobraram apenas 150. Também aqui as mulheres, muito numerosas nas universidades alemãs orientais (tanto como professoras quanto como estudantes) foram atingidas. Em dezembro de 1988 a Universidade Humboldt contava 149 professoras (103 mestres de conferências e 46 professoras). Em março de 1994 só havia 59; das 46 professoras, apenas quatorze tinham sido mantidas, entretanto, só após terem feito concurso para o seu próprio posto, declarado vago.⁷ Também o número das estudantes, que era na RDA igual aos dos estudantes, foi sensivelmente reduzido. Sua porcentagem (35% do número dos estudantes) é agora o mesmo no Leste e no Ocidente.

Muito freqüentemente a validade dos diplomas dos professores alemães orientais foi contestada pelas novas autoridades, em particular as teses. Os professores obrigados a uma aposentadoria antecipada, viram o montante desta reduzido a 1.500 marcos por mês (ou seja, menos de 5.300 francos) porque se supunha terem estado “próximos do antigo Estado”. Essa qualificação, tão discutível quanto imprecisa, de *Staatsnähe* era válida para os professores de todas as disciplinas. Um dos meus amigos, professor de matemática, foi vítima disso.

É impossível fazer a lista, mesmo sucinta, das queixas dos alemães orientais em consequência das medidas tomadas logo a seguir à unificação. Nas cidades, sobretudo Berlim, apressaram-se a mudar o nome das ruas. Assim desapareceu a alameda Karl Marx, como também os nomes de muitos antifascistas alemães e estrangeiros e, até mesmo, após longa batalha, o de Clara Zetkin, por muito tempo social-democrata antes de aderir ao comunismo e iniciadora, em 1910, do Dia Internacional da Mulher.

Na RDA o preço dos aluguéis era muito baixo. Decidiu-se aumentá-lo de maneira a atingir, em alguns anos, os preços praticados na Alemanha ocidental. Em contrapartida, os salários só foram aumentando muito

7. Todos estes detalhes são tirados do artigo de J. Mortier, “Réforme universitaire et personnel enseignant dans les Nouveaux Länder”, *AA* n° 132, p.104-125.

lentamente. Mesmo agora só atingem em média 3/4 daqueles pagos no lado ocidental, e ainda assim os empregadores se queixam de que a recuperação tenha sido tão rápida. Mas a medida que mais choca e inquieta os *Ossis* (como são chamados os alemães orientais, enquanto os ocidentais são os *Wessis*) é a que permite aos antigos proprietários de terrenos ou imóveis, quer tenham fugido para o ocidente após 1945, quer tenham sido espoliados pelos nazistas, recuperar seus bens e, portanto, pôr na rua os atuais locatários. Depois da Revolução Francesa e do Império, na época da Restauração, o rei Luís XVIII teve a sabedoria de indenizar os nobres emigrados, cujos bens haviam sido confiscados e vendidos após 1789. Já o *Bundestag* preferiu a recuperação à indenização.

Entretanto, forçoso é constatar que, quando interrogados, a maioria dos habitantes da ex-RDA declara viver melhor agora do que no tempo do antigo regime: salários e pensões, embora inferiores aos do Ocidente, permitem viver normalmente (a oferta de bens de consumo é muito mais variada que antes) e, sobretudo, podem viajar livremente, o que era impossível para a maioria dos cidadãos da ex-RDA. Como se explica pois a constatação geralmente aceita de que o muro de Berlim, materialmente destruído, não parou, desde 1990, de crescer nas cabeças? A presidente do *Bundestag* lembrava, por ocasião do 6º aniversário da unificação, em outubro de 1996: “segundo as sondagens mais recentes, 29% dos alemães ocidentais e 57% dos alemães orientais têm a opinião que os *Ossis* e os *Wessis* são como nunca estrangeiros uns aos outros”.⁸

Se as condições materiais resultantes da unificação não bastam para explicar isso, é que as frustrações morais foram sentidas como mais graves pelos cidadãos da ex-RDA. A unificação alemã não consistiu em fundir dois Estados iguais, mas em impor ao vencido as condições do vencedor. Ora, essa “mentalidade de vencedor”, desprezando o vencido e tornando-o responsável por todas as suas infelicidades, veiculada sobretudo pela mídia alemã ocidental, difundiu-se pouco a pouco na população. A maioria dos *Wessis* considera seus “irmãos do Leste” (essa expressão utilizada antes de 1989 desapareceu totalmente após a unificação) preguiçosos (a produtividade do trabalho é efetivamente menor na RDA que na República Federal da Alemanha, RFA), covardes (pois esperaram 40 anos antes de se revoltar) e dedo-duros, já que muitos deles eram suspeitos de serem informantes da *Stasi*. A justificação da atitude e dos métodos dos dirigentes políticos da RFA implicava uma condenação sem nuances e sem apelo da

8. *Bulletin* nº 78, 8/10/96, p. 833.

ex-RDA. A ditadura insuportável e no entanto aceita era, segundo eles, a causa de todos os males atuais dos *Ossis* (e não os erros da unificação).

Daí a comparação, que freqüentemente desemboca numa assimilação, entre a “segunda ditadura”, a do SED (Sozialistische Einheitspartei Deutschlands — Partido Socialista Unificado), e a “primeira”, a do nacional-socialismo.⁹ O resultado é que, condenando as instituições, condenam-se os homens e as mulheres que viveram sob esse regime. Os habitantes da ex-RDA são despossuídos de seu passado. Quarenta anos de sua vida são condenados, enquanto a grande maioria deles não cometeu o menor crime; como a Zazie de Raymond Queneau, viveram, simplesmente. Eles se acomodaram como puderam ao regime,¹⁰ aprovando tal medida, desaprovando outra, em suma, comportando-se como qualquer alemão, quer viva do lado de lá, quer do lado de cá do Elba. Daí o sentimento de muitos *Ossis* de que se comete contra eles uma grave injustiça, de que são lesados ao falsificar-se deliberadamente a história de seu país, ao mesmo tempo que sua própria história individual.

Esse sentimento foi muitas vezes exprimido por particulares ou por escritores como Christa Wolf, que se insurge contra a “diabolização da história das pessoas que viveram na RDA”.¹¹ Inúmeros observadores pensam que em vez de lançar às gemônias, sem exame, os quarenta anos da RDA, teria sido bom, “para os habitantes de toda a Alemanha”, conservar um certo número de dispositivos, de instituições da RDA. É a opinião de Günter Gaus,¹² antigo embaixador da RFA na RDA. Era igualmente o que exprimia Stefan Heym, no seu discurso no *Bundestag*, quando da sessão de abertura, na sua qualidade de decano.¹³ Conclusão de Günter Gaus: “Quantos aniversários da unificação ainda será preciso celebrar antes que haja um pouco de justiça para com a RDA?” E Erich Kuby, que cita estas

9. Esse era manifestamente o objetivo da maioria governamental ao criar uma comissão parlamentar cujo tema de pesquisa era “História e consequências da ditadura SED na Alemanha”. Ver a respeito Gilbert Badia, “Vues contrastées sur l’histoire de la RDA”, AA n° 132, p.167-184.

10. Cf. Jürgen Kocka, Martin Sabrow (ed.), *Die DDR als Geschichte. Fragen. Hypothesen. Perspektiven*, Berlin, Akademie Verlag, 1994, p. 80, 217 e *passim*.

11. Christa Wolf, *Auf dem Weg nach Tabou*, p. 74; ver igualmente p. 33, “*Das grossangelegte Unterfangen, die DDR auf den Begriff ‘Unrechtstaat’ zu reduzieren*”.

12. Ver artigo, Gunter Gaus, “Infizierte Sieger”. In: *Freitag*, 29/9/95.

13. Heym se pergunta, questão retórica, “*se não teriam existido, na ex-RDA, experiências boas de retomar para modelar o futuro da Alemanha unificada?*”, citado por Badia, AA n° 132, p. 178.

palavras, se pergunta: “Quando se deixará de ver na RDA uma reedição do Terceiro Reich?”¹⁴

A conseqüência da recusa de se fazer justiça à RDA e aos seus habitantes foi dupla. Por um lado, da parte dos *Ossis*, por reação, uma idealização do seu passado. Esquecidos os aspectos condenáveis da ex-RDA: a *Stasi* (polícia política), as coerções do Estado SED, para apenas conservar as vantagens ou as “aquisições sociais”. Por outro lado, uma rejeição global da unificação. Interrogados em junho de 1990, 62% dos habitantes da ex-RDA se consideravam “antes como alemães”. Apenas 28% sentiam-se antes “cidadãos da ex-RDA”. Três anos depois da guinada do outono de 1989, a proporção inverte-se: 51% consideram-se antes como cidadãos da ex-RDA e 40% como alemães.¹⁵ Desde então o fosso não parou de aumentar.

Uma outra série de sondagens permite precisar a opinião dos habitantes da ex-RDA. À pergunta “como você aprecia a evolução desde a reunificação?” 53% dos *Ossis* (emprego o termo por comodidade) responderam: “pior do que eu imaginava”, e apenas 13% pensam que as coisas foram melhores do que eles haviam previsto (opinião correspondente dos *Wessis*: 43% e 25%).¹⁶ 72% dos alemães orientais consideram ter-se tornado “cidadãos de segunda classe” na Alemanha unificada (opinião contrária, 27%). Em contrapartida, apenas 22% dos *Wessis* compartilham a opinião majoritária dos alemães orientais sobre esse ponto, enquanto 72% dentre eles (portanto mais de 3/4) pensam ao contrário que os *Ossis* não são vítimas de nenhuma discriminação.¹⁷

Eis uma outra questão que permite determinar como evoluiu a opinião dos *Ossis* entre 1990 e 1995. Há cinco anos, havia-se pedido às pessoas interrogadas que dissessem se e em que domínios a RDA era, a seus olhos, superior à RFA. No total eram propostos nove domínios: nível de vida, segurança, igualdade dos direitos das mulheres, ciência e técnica, seguridade social, formação escolar, formação profissional, saúde, habitação. Em 1990, a maioria dos *Ossis* julgava que a RDA era superior (*überlegen*) em três dos nove domínios considerados, a saber: segurança,

14. *Freitag*, 20/10/95, p. 4. A esse respeito, o autor lembra a frase de Erhard Eppler (SPD): “O nacional-socialismo deixou-nos montanhas de cadáveres, o SED montanhas de dossiês, freqüentemente pouco apetitosos, mas justamente dossiês”.

15. Alexander Von Plato, AA nº 132, p. 153.

16. *Der Spiegel*, 3/7/95, p. 41.

17. *Ibidem*, p. 49.

igualdade dos direitos das mulheres, seguridade social (números respectivos na ordem de 62, 67, 65%; opiniões contrárias, sempre na ordem, 13, 10, 16%). Em 1995, depois da experiência de cinco anos de unificação, os *Ossis* interrogados consideram que a ex-RDA era superior à Alemanha ocidental não mais apenas em três, mas em sete domínios. Aos três primeiros vieram juntar-se a escola, a formação profissional, a saúde, a habitação. Porcentagens respectivas na ordem de 64, 70, 57 e 53% (opiniões contrárias 11, 12, 23 e 21%).

Isso não é tudo. Nos três domínios em que era afirmada, em 1990, a superioridade da RDA, essa superioridade, ou por experiência, ou por reflexão, tornou-se esmagadora aos olhos dos *Ossis*. Se em 1990, 62% dos alemães orientais julgavam que sua segurança era melhor garantida que na RFA, em 1995, 88% pensam isso; 87% (contra 67% em 1990) declaram que a igualdade dos direitos das mulheres era melhor realizada que no Ocidente. O recorde absoluto é atingido no domínio da proteção social: 92% (contra apenas 3%) pensam em 1995 que ela era melhor na ex-RDA. (Números de 1990, respectivamente, 65 e 16%). Mesmo nos dois domínios (nível de vida, ciência e técnica) em que a RFA leva a melhor, a superioridade da RFA é julgada menos evidente. Para a ciência e a técnica as porcentagens passaram de 87% contra 2% a 67% contra 6% que têm opinião contrária.¹⁸

Essa situação, a insatisfação de um número elevado de alemães orientais com a experiência dos cinco anos decorridos, traduziu-se no plano eleitoral, quando das eleições municipais e regionais de Berlim. O corte entre as duas Berlim é de uma clareza ofuscante. No lado ocidental, o CDU (Christlich Demokratische Union — União Democrata Cristã) está no topo em todos os bairros contando com 40 a 50% dos votos. No lado oriental, o PDS (Partei des Demokratischen Sozialismus — Partido do Socialismo Democrático) se encontra numa situação praticamente análoga. Exceto no bairro de Weissensee, esse partido obteve em todos os bairros de Berlim oriental mais de 30% dos votos. Em quatro dentre eles, ultrapassa os 40%. Em Marzahn, um recorde: 42,4%. O número de votos obtido nas eleições municipais que ocorreram no mesmo dia é ainda mais elevado. Em relação às eleições de 1990, a progressão média é da ordem de 30%. Um comentador observa que o PDS se tornou o “partido do povo” (*Volkspartei*) de Berlim oriental.¹⁹

18. *Ibidem*, p. 43.

19. Heribert Prantl, *Süddeutsche Zeitung*, 24/10/95, p. 4; os números citados são tirados da mesma edição.

Sem dúvida esses votos corroboram as sondagens publicadas pelo *Spiegel*. Se os eleitores de Berlim oriental deram seu voto aos candidatos do PDS é porque consideram esse partido como o melhor defensor das interesses dos *Ossis*. Não criticou ele constantemente as condições e os resultados da “reunificação-*Anschluss*”? (Retomo a formulação do PDS). E mesmo que a participação eleitoral tenha nitidamente diminuído, tanto no lado oriental quanto no ocidental, de mais de doze pontos em relação a 1990 (índice suplementar da insatisfação dos cidadãos de Berlim para com a política em geral e os partidos políticos em particular), essas eleições confirmam e acentuam a fratura berlinense, reflexo da fratura alemã.

No meu entender é interessante analisar, ainda que brevemente, a situação atual e as reações dos escritores alemães orientais perante a unificação e suas conseqüências. Lembremos antes de mais nada que as obras de Christa Wolf, Volker Braun, Stephan Heym entre outros eram antigamente publicadas no Ocidente (às vezes até mesmo antes de saírem na RDA), obras que eram objeto de críticas elogiosas e que seus autores eram convidados para viagens por toda a Alemanha. Hoje, salvo duas exceções (Heiner Müller, morto recentemente e, em menor grau, Christoph Hein a quem se reconhece no Ocidente um certo talento), todos os escritores da RDA são ignorados no Ocidente e suas obras demolidas ou desvalorizadas. Eles continuam entretanto a ser apreciados no Leste, mesmo que as tiragens não atinjam mais os números anteriores a 1989. Na véspera da unificação oficial, Volker Braun publicou um poema, muito freqüentemente citado e do qual transcrevo alguns versos:

Ainda estou por aí e meu país vai para o Oeste
Guerra às choupanas! Paz aos palácios!
Eu o botei para fora como se faz com um vigarista...
E de meu texto inteiro ninguém compreende mais nada...
Minha propriedade, ei-la em vossas garras.
Quando voltarei a dizer a mim querendo dizer a todos?
(agosto de 1990)

E três anos mais tarde uma outra escritora dizia:

Outrora, quando a RDA existia, eu conhecia pessoas que liam meus livros, que ouviam minhas leituras e brigavam pelos meus textos. Outrora, quando a RDA existia (...). Eu escrevia sem medo, sem levar em conta os imbecis (...). Outrora, quando a RDA existia, podia-se criar, malgrado as resistências difusas e difíceis de superar. Criar obras individuais, exigentes, de alto nível, das quais ainda se falará quando se falar da literatura do século XX.

(...) Bastava ser capaz e querê-lo. Hoje, o gosto que decide dar ou não dinheiro é ele mesmo determinado pela moda. A moda é a censura”.²⁰

Entretanto, nos últimos anos, essa resignação, essas constatações tristes e entristecedoras dão lugar a um outro tom, mais ofensivo. Numerosos autores, a maioria alemães orientais, denunciam com vigor, apoiados em argumentos convincentes, as modalidades e as conseqüências da unificação. Entre eles, antigos opositores ao regime da RDA, que foram ministros no último governo alemão oriental, o de Lothar de Maizière. É o caso de Hans-Jochen Misselwitz que observa que “o discurso sobre o ‘totalitarismo’, assimilando a ditadura comunista à ditadura nazista, serve na realidade para relativizar os crimes dos nazistas e enfatizar os do comunismo. Exige-se unicamente dos alemães orientais que eles se confrontem com o passado”.²¹

Um conhecido diretor de teatro, Frank Castorf, que dirige o *Volksbühne* de Berlim oriental e cujos espetáculos estão sempre cheios, escreve abordando o mesmo assunto: “Creio que éramos finalmente mais livres no sistema do totalitarismo coletivo que na sociedade atual, cuja única mola propulsora é um individualismo mal compreendido e que condena tudo o que se parece de perto ou de longe com o coletivo”.

Regine Hildebrandt indigna-se com o fato de que nada do que a RDA criou tenha sido conservado, como por exemplo, as policlínicas onde os pacientes podiam facilmente consultar diferentes especialistas, beneficiar-se de tratamentos fisioterápicos etc. “Quando entrei na política como ministra do governo de Maizière, pensei que era preciso adaptar-se: éramos os perdedores da História e tínhamos muito que aprender. Mas, desde que assisto à destruição sistemática de tudo o que os comunistas criaram, mesmo do que é economicamente viável, só me resta protestar vivamente”.²²

Duas mulheres que trabalham para os jornais e a televisão comparam os dois sistemas: uma delas, Scarlett Kleint, contesta que haja mais liberdade na Alemanha unificada que na ex-RDA. “A pressão da grana substituiu a da política. A censura continua presente. Os *Wessis* nem se dão conta da pouca liberdade que lhes resta. Eles fazem tudo para agradar ao seu

20. Kerstin Hensel, *Im Schauch*, 1993.

21. Hans-Jochen Misselwitz, *Nicht länger mit dem Gesicht nach Westen. Das neue Selbstbewusstsein der Ostdeutschen*, Bonn, Dietz, 1996.

22. Regine Hildebrandt, *Wer sich nicht bewegt hat schon verloren*, Bonn, Dietz, 1996.

superior hierárquico e fazer carreira. Até mesmo a maneira de vestir, submetida ao *diktat* da moda, é conformista. Tenho a impressão de que, apesar de tudo, éramos mais livres aqui...”.²³

Daniela Dahn, participante do movimento democrático em 1989 — cujas obras (*Wir bleiben hier, oder wem gehört der Osten?*, Rohwolt, 1994 e *Westwärts und nicht vergessen*, 1996), conseguem grande sucesso — observa que era melhor ser encarcerada na RDA que ficar, durante o III Reich num campo de concentração, já que as indenizações dadas às vítimas pela Alemanha unificada são sensivelmente diferentes: 550 marcos por um mês de detenção na RDA, apenas 150 marcos para as vítimas do nacional-socialismo. E a autora acrescenta: “A RDA deixou de existir quando começávamos a gostar dela (...) Não foi por este modelo de capitalismo corroído pela crise que nós lutamos. Nem por este tipo de justiça envenenada pela dupla moral dos alemães ocidentais cuja experiência fazemos há sete anos”.²⁴

Ninguém está mais consciente do que eu das lacunas desta exposição. Não era possível abordar todas as questões, por mais importantes que fossem, em algumas páginas. Não mencionei as transferências financeiras — da ordem de 150 bilhões de marcos por ano — consentidas pelo Estado federal e os *Länder* alemães ocidentais a favor dos novos *Bundesländer*. É verdade que essas somas consideráveis refluem em parte para o Ocidente, pois são empresas alemãs ocidentais que fornecem ao Leste, em larga medida, bens de investimento e até mesmo de consumo.

Também não abordei o problema da *Treuhand*: o organismo, dirigido pelos alemães ocidentais, encarregado de privatizar todas as empresas (VEB) outrora nacionalizadas pela RDA, privatizações realizadas sob condições freqüentemente criticadas e nem sempre transparentes. Pelo que sei é a primeira vez que a venda de empresas custa dinheiro ao Estado. Estas constatações não modificam nada daquilo que constitui, no meu entender, um dos traços essenciais da reunificação alemã: apenas com algumas raras exceções, todos os postos de poder, quer se trate de economia quer de política, encontram-se nas mãos de alemães ocidentais. Os poucos políticos do Leste integrados ao CDU, ao SPD ou aos Verdes, os poucos ministros alemães orientais representam a maior parte do tempo um papel

23. Angelika Griebner, Scarlett Kleint, *Starke Frauen kommen aus dem Osten*, Berlin, Argon, 1996.

24. Daniela Dahn, *Westwärts und nicht vergessen. Von Unbehagen in der Einheit*, Berlin, Rohwolt, 1996.

decorativo e não têm a menor possibilidade de orientar as escolhas dos seus partidos e muito menos as do governo do chanceler Kohl. Aliás, sabemos que dois dos novos *Bundesländer*, a Saxônia e a Turíngia, são dirigidos por políticos alemães ocidentais.

Quais são, um ano antes das eleições gerais de 1998, as perspectivas políticas na Alemanha unificada? Sabe-se que Kohl teve dificuldade para manter-se no poder, já que sua maioria no *Bundestag* foi de apenas alguns votos. De fato ele se beneficiou — e a coalizão governamental conservadora (CDU-CSU/FDP)²⁵ poderia ainda, em 1998, beneficiar-se disso — da divisão da oposição e das hesitações do partido social-democrata, o SPD.

É verdade que o partido social-democrata aceitou participar de um governo “vermelho-verde” (que aliás conhece conflitos internos) na Renânia-Westfália, mas uma parte de seus dirigentes preferia manifestamente cooperar com o CDU, a chamada “grande coalizão”. O exemplo de um *Land* do Leste, Mecklemburgo-Pomerânia ocidental é, a este respeito, significativo. O governo local é constituído precisamente por uma coalizão CDU-SPD. O chefe do governo é democrata-cristão. Em maio de 1996, o ministro das finanças (também CDU) foi implicado num escândalo. O responsável SPD local pretendeu constituir um governo social-democrata que se beneficiaria, como na Saxônia-Anhalt (outro *Land* do Leste), do apoio do PDS e disporia no parlamento local (*Landtag*) de uma maioria confortável. A direção do SPD desaprovou o responsável local e impôs a reconciliação da grande coalizão.²⁶

Mais recentemente (janeiro de 1997), um senador berlinense (isto é, um ministro) social-democrata (o SPD está associado à CDU no governo de Berlim) ficou do lado dos parlamentares conservadores que pedem que o PDS seja objeto de vigilância policial pelos serviços de proteção da Constituição, sob pretexto de que seria um partido comunista camuflado.

No Partido Verde, que viu seu *score* aumentar nas três últimas eleições regionais, também se constata uma mudança de direção da sua política. Esses ex-pacifistas aprovam hoje majoritariamente o envio de soldados da *Bundeswehr* para teatros de operação no exterior (Somália, Iugoslávia). Uma fração importante aceitou, como o SPD, a limitação do direito de asilo e opõe-se a toda e qualquer cooperação com o PDS. Uma meia dúzia

25. CSU é a sigla da União Social-Cristã, ainda mais à direita do que seus parceiros do CDU. FDP é o Partido Democrático Livre, de centro.

26. Sobre este caso ler o artigo de Christoph Seils no hebdomadário *Freitag*, 3/5/96, nº 19, p. 5.

de defensores dos direitos dos cidadãos (*Bürgerrechtler*) que tinham participado ativamente da “guinada” (*Wende*) de 1989 e que estavam próximos dos Verdes acabam de anunciar (em fevereiro de 1997) sua adesão ao CDU.

Por ocasião de seu último congresso (Schwerin, janeiro de 1997), a direção do PDS reforçou sua orientação reformista e marginalizou um pouco mais o pequeno grupo dos comunistas puros e duros, qualificados de pós-stalinistas. O PDS, que de fato é um partido social-democrata de esquerda, continua com esperanças de poder fazer coalizões em 1998 com o SPD e os Verdes, de maneira a operar uma mudança de política na Alemanha.²⁷ Entretanto este partido sofre de várias deficiências. Mesmo tendo alcançado um novo sucesso no Leste em 1996, opondo-se à fusão do *Land* de Brandenburgo com o de Berlim, ele é praticamente inexistente na Alemanha ocidental e o risco de não ser representado no Parlamento federal (cláusula dos 5%) não está totalmente excluído.

É verdade que em janeiro de 1997 um grupo de intelectuais de renome, escritores como Daniela Dahn, Günter Grass, Walter Jens, sindicalistas, pastores e teólogos (como Friedrich Schorlemmer), lançaram em Erfurt um apelo aos três partidos políticos de oposição ao governo Kohl, pedindo-lhes “que não recuem perante suas responsabilidades”, “que encarem resolutamente um outro governo”, a favor de uma outra orientação política, isto é, “a favor de mudanças fundamentais”.²⁸ Apesar da notoriedade dos signatários não é certo que este apelo seja ouvido pelos dirigentes do SPD e dos Verdes. Além disso, até aqui a oposição não dispõe de um bom candidato a chanceler, capaz de opor-se vitoriosamente a Helmut Kohl, se este decidir reapresentar-se.

Que balanço podemos fazer da reunificação alemã após uma experiência de sete anos? Ela constitui um exemplo de apropriação pelo sistema capitalista de um território no qual, por diversas razões, o “socialismo real” fracassou ao fim de quarenta anos de existência. Aos olhos de boa parte dos cidadãos que conheceram os dois sistemas, não se pode dizer que o capitalismo tenha saído nitidamente vitorioso desta confrontação, mesmo que os habitantes da ex-RDA não desejem certamente o restabelecimento do antigo regime.

27. Sobre o Congresso do PDS em Schwerin, ver *Neues Deutschland*, 20/1/97, p. 3-5.

28. Texto do apelo e primeiros signatários em *Neues Deutschland*, 10/1/97, p. 3.

BADIA, Gilbert. Alemanha oriental: sete anos de unificação. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.5, 1997, p.27-39.

Palavras-chave: Alemanha oriental; República Democrática Alemã; Unificação alemã.